

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.560 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2002



Carlos Bezerra defende ação preventiva na saúde pública

PÁGINA 4

Saneamento básico evita doenças, observa senador

Tuma quer farmácias na luta contra hipertensão

Senador propõe que as 55 mil farmácias de todo o país passem a dispor de servidores treinados para medir a pressão arterial a fim de diminuir número de vítimas de infarto e derrame.

PÁGINA 4



Florian Madruga e Paulo Fontenele promovem lançamento do curso

Interlegis dá curso sobre a utilização de videoconferência

PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

A sessão plenária do Senado está marcada para as 14h30 de hoje

Plenário examina dívida de Alagoas

Projeto de Teotonio Vilela Filho que permite renegociação de dívida mobiliária de R\$ 807,1 milhões com a União está na pauta de hoje

A proposta concede ao estado de Alagoas o prazo de 30 anos para pagar à União o total do empréstimo, a juros baixos. Outro projeto na pauta é o que altera a Resolução 38 do Senado e autoriza o governo do Rio Grande do Sul a assumir dívida do Instituto de Previdência do Estado com a

União. O débito total é de R\$ 381,6 milhões, em valores de 1º de novembro de 2000, e já está renegociado junto ao Banco do Brasil. O Plenário do Senado deve votar ainda autorizações para funcionamento de emissoras de rádio comunitárias e em frequência modulada.

PÁGINA 3



Acervo do Senado reúne 396 obras de arte e históricas

O Senado concluiu a catalogação do seu acervo artístico e histórico. São 396 obras, entre pinturas, esculturas e tapeçarias assinadas por artistas como Di Cavalcanti, Djanira, Debret, Burle Marx, Aldemir Martins e Cândido Portinari. A maioria das peças pode ser vista no Museu do Senado.

PÁGINA 2

Quadro de Gustavo Hastoy, que integra o acervo, retrata assinatura do projeto da primeira Constituição republicana

Interlegis inicia curso sobre uso de videoconferência no ensino a distância

Servidores das Assembléias Legislativas de todo o país receberão treinamento sobre o funcionamento do sistema e seus requisitos técnicos, além dos protocolos da ferramenta

O primeiro curso de capacitação profissional para o uso de videoconferência e Internet foi inaugurado ontem no Senado. Inserido no programa de modernização do Legislativo, que está sendo desenvolvido pelo Interlegis, o curso, que deverá ter sua primeira aula amanhã, será oferecido aos funcionários das Assembléias Legislativas de todo o país.

Segundo o diretor do Interlegis, Paulo Fontenele e Silva, o objetivo dessa capacitação é o de treinar os servidores para a utilização de duas

ferramentas essenciais aos cursos de educação a distância que serão coordenados pelo Interlegis, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo (Unilegis).



Solenidade marcou a inauguração do programa, coordenado pelo Interlegis, ILB e Unilegis

Uma das etapas do programa de modernização do Legislativo, conforme detalhou o diretor, é a implementação de infra-estrutura do sistema para realização dos cursos a distância, com a distribui-

ção de equipamentos para as Câmaras Municipais. Outra etapa prevê o desenvolvimento de tecnologia e a última, na qual está inserido o curso de capacitação, a formação da comunidade do

Legislativo. Ainda de acordo com Fontenele, o curso irá demonstrar aos alunos como o sistema de videoconferência funciona, com a apresentação dos requisitos técnicos e dos protocolos da ferramenta. A previsão é a de que o curso seja ministrado em até 14 horas, no período de um mês.

O diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, e o vice-reitor da Unilegis, Antonio Barbosa, estiveram presentes à cerimô-

nia de inauguração do curso e elogiaram a iniciativa, destacando a importância da atividade para a formação dos servidores das Assembléias Legislativas no âmbito da educação a distância.

Alcântara quer incentivo para festival de cinema

A realização de mostras e festivais audiovisuais poderá ser incluída entre os itens para os quais a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet)



Célio Azevedo

Projeto de Alcântara foi enviado para exame na CE

abre a possibilidade de recebimento de benefício fiscal. Projeto nesse sentido, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi enviado pela Mesa para exame da Comissão de Educação (CE). A Lei 8.313, de 1991, permite deduzir do Imposto de Renda (IR) as quantias despendidas nos projetos explicitados em seu artigo 18, desde que aprovados pelo Ministério da Cultura e nas condições estabelecidas na legislação do IR.

— Entendemos que a inclusão da realização de festivais entre os beneficiários dos incentivos fiscais leva em conta o anseio dos profissionais e o direito dos cidadãos de acesso à cultura, conforme a Constituição — justifica.

Segundo o Fórum dos Festivais, boa parcela dos filmes de longa metragem e cerca de cem obras de curta duração, produzidos no Brasil, chegam até o público exclusivamente por intermédio de festivais.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 64/02, que autoriza aditamento ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas a que se refere o artigo 1º da Resolução nº 36/02, do Senado Federal (renegociação da dívida do estado de Alagoas); PR nº 65/02, que altera a Resolução nº 38/01, do Senado Federal (permite ao estado do Rio Grande do Sul assumir a dívida de seu instituto de previdência); e PDLs que renovam concessões e permissões de emissores de rádio e autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

Acervo histórico e artístico do Senado reúne 396 obras

A catalogação de todo o acervo histórico e artístico do Senado Federal acaba de ser concluída. São 396 obras, incluindo pinturas, esculturas e tapeçarias de 90 artistas. Entre eles, Di Cavalcanti, Djanira, Debret, Burle Marx, Aldemir Martins e Cândido Portinari. Doadas ou adquiridas ao longo dos anos, algumas delas estão espalhadas pelos corredores e gabinetes dos senadores e grande parte concentrada no Museu do Senado. Há obras também na residência oficial da Presidência da Casa. Até o fim do ano, deverão estar disponibilizadas também na Internet, na página do Senado e, até maio do próximo ano, em li-

vro já em fase final de montagem.

O trabalho está sendo realizado pela Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc). O diretor do órgão, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, escolheu para ilustrar a capa do livro um esboço inédito do Congresso Nacional feito recentemente por Oscar Niemeyer. O livro, com 80 fotografias dos quadros do acervo, deverá ser distribuído para visitas recebidas pelo presidente do Senado. Poderá, também, ser vendido, a exemplo de outras publicações da Casa.

Outro projeto em estudo pela Sidoc é a realização de exposições temáticas das pinturas e xilogravuras do acervo nos corredores

das Alas Senador Nilo Coelho e Alexandre Costa, que dão acesso aos gabinetes de senadores e às comissões. Atualmente, o visitante pode encontrar uma pintura a óleo de Burle Marx, de 1972, diante da escada em frente ao Plenário, e a *Ceia do Senhor Cristo*, acrílica de Rubem Zavallos, no espaço reservado ao "cafezinho" dos senadores, também próximo ao Plenário.

No Museu do Senado, localizada provisoriamente no Salão Nobre, há um óleo sobre tela de 3,70m por 5,28m do desenhista e caricaturista espanhol Gustavo Hastoy, retratando o ato de assinatura da primeira Constituição da Repúbli-

ca, em 1891, em moldura folheada a ouro. O visitante pode ver também uma tapeçaria de parede de Burle Marx, de 1973, com 3,20m por 4,80m, e uma cadeira utilizada no Plenário e também por presidentes da Casa, datada de 1827, em madeira esculpida por presidiários de penitenciárias do Rio de Janeiro.

O Museu está aberto diariamente à visitação, inclusive nos fins de semana e feriados. Às segundas, terças e quartas-feiras, o horário de visitas é das 9h às 12h30; às quintas e sextas-feiras, das 14h às 18h; nos fins de semana e feriados, um *tour* com guia é realizado às 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

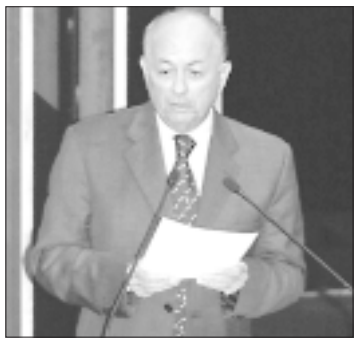
José Jorge: remanejamento de verbas do Fust é um erro

Os sucessivos cortes feitos pelo governo no repasse de verbas do orçamento para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), anunciados como medidas para garantir o ajuste fiscal, foram classificados pelo senador José Jorge (PFL-PE) como “um equívoco”. Ele também criticou a nova proposta do governo de retirar parte da verba destinada aos programas de saúde e ao acesso à Internet nas escolas para subsidiar o uso da telefonia entre as populações de baixa renda.

Para José Jorge, se o governo conseguir aprovar o projeto de lei elaborado pelo Ministério das Comunicações – destinando R\$ 612,3 milhões dos recursos do Fust e da saúde para a instalação de telefones em comunidades carentes, além de telefones públicos –, na prática o que ocorrerá será o retorno para as operadoras do dinheiro arrecadado delas próprias para universalização das telecomunicações.

Instituído em agosto de 2000, o Fust é formado pela contribuição mensal de 1% da receita operacional bruta das empresas de telecomunicações. O dinheiro destina-se a viabilizar a aquisição de equipamentos de informática, proporcionando ligação à Internet para escolas, bibliotecas e hospitais públicos, e facilitar o acesso da população carente à telefonia fixa.

– O governo nega que o remaneja-



Na opinião de José Jorge, proposta do governo pode sacrificar políticas sociais

mento que destina mais dinheiro aos projetos de instalação de telefones seja um “Proer” das telecomunicações. Mas é inegável que significa um apoio às empresas privadas – afirmou José Jorge.

O senador disse que, pela proposta, serão destinados R\$ 612,3 milhões para instalação de telefones em comunidades carentes rurais, além de telefones públicos. Esse valor é 445% maior que os R\$ 112,3 milhões previstos na Lei Orçamentária e, em contrapartida, os projetos que levariam telefones e computadores a escolas públicas e bibliotecas contariam, juntos, com R\$ 480 milhões, mas, com o remanejamento, só terão R\$ 119 milhões.

– Se isso vier a acontecer, estaremos novamente assistindo ao sacrifício de políticas sociais e setoriais estratégicas – concluiu.

Maldaner defende mais recursos para defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto propondo o recolhimento de um percentual a ser definido do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para utilização pela defesa civil. Outra proposta de sua autoria estabelece que, em todo seguro feito no país, seja cobrado um percentual para socorrer populações atingidas por calamidades públicas.

Um terceiro projeto do senador por Santa Catarina faculta o saque na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores que perderam sua casa em virtude de enchentes ou outras intempéries. Ele lembrou que atualmente todo o dinheiro reservado para amenizar o sofrimento de pessoas atingidas por calamidades fica centralizado na União.

– Essa situação provoca sérios



Casildo Maldaner tem três projetos voltados para a melhoria da defesa civil

problemas e impede que a cidade atingida por uma enchente, por exemplo, se recupere rapidamente e a população volte a levar vida normal. Geralmente leva uns seis meses até que se encontre um caminho para reconstruir a ponte que caiu ou a escola que se foi – afirma Casildo Maldaner.

Renegociação da dívida de Alagoas pode ser votada hoje

Também está na pauta autorização para o governo do Rio Grande do Sul assumir débito do Instituto de Previdência do Estado com a União

O Senado examina hoje o projeto de resolução do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) que permite a renegociação da dívida mobiliária do estado de Alagoas com a União, no total de R\$ 807,1 milhões. Com a renegociação, o estado terá até 30 anos para pagar à União o total do empréstimo, a juros baixos. A sessão do Senado está marcada para as 14h30.

Outro projeto de resolução na pauta da sessão plenária de hoje é o que altera a Resolução 38 do Senado e autoriza o governo do Rio Grande do Sul a assumir dívida do Instituto de Previdência do Estado com a União. A dívida total é de R\$ 381,6 milhões, em valores de 1º de novembro de 2000. A dívida



Teotonio é autor do projeto que permite a renegociação da dívida de Alagoas

já está renegociada junto ao Banco do Brasil, agente financeiro da União na operação de empréstimo.

O Senado deverá ainda votar projetos de decreto legislativo renovando a concessão da Rádio Cultura de Araçatuba para operar emissora de rádio em ondas

médias, em São Paulo; a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM, de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, para operar emissora em FM; a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rosário, de Bragança, no Pará, para operar emissora de rádio em ondas tropicais; e a permissão outorgada à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura para operar emissora FM em Fortaleza.

Também serão votados projetos de decreto legislativo autorizando a Associação Radioclube Jornal Meia Ponte a operar emissora de rádio comunitária na cidade de Pirenópolis, em Goiás, e a Associação Comunitária Rádio Nova FM, de Bernardino de Campos, em São Paulo, a operar rádio comunitária.

Precatórios chegam a R\$ 300 milhões

Alagoas é o último estado a renegociar sua dívida em títulos no mercado com o governo federal. Do montante de R\$ 807,1 milhões, cerca de R\$ 300 milhões são títulos emitidos para pagamento de precatórios. O atraso ocorreu, entre outros motivos, porque o governo exigiu a inclusão de um item nos termos da renegociação prevendo que, se um dia a Justiça decidir que os títulos emitidos para pagar tais precatórios não têm validade, os detentores dos papéis terão de de-

volver o dinheiro a Alagoas.

No final de agosto, os senadores Tião Viana (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL) apresentaram ao Plenário questão de ordem em que pediam o cancelamento de decisão da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou a rolagem da dívida. Eles afirmaram que não haviam sido informados acerca da reunião a tempo de ali comparecerem. A dúvida sobre a legalidade da reunião foi decidida, a pedido do vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA),

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou sua realização e validou as decisões tomadas.

Na semana passada, Heloísa e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conseguiram impedir a votação do requerimento de urgência que aceleraria a votação em Plenário. Eles pediram verificação de quórum já ao final da sessão de quarta-feira e, como não havia o número mínimo de 41 senadores presentes, o pedido de urgência ficou prejudicado.

Projeto muda aposentadoria de portuário

A complementação de aposentadoria para portuários admitidos até 25 de fevereiro de 1993 nas administrações portuárias subordinadas ao Ministério dos Transportes está sendo proposta pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em projeto apresentado à Mesa do Senado.

O pagamento complementar, segundo o projeto, deverá ser feito pela União, correspondendo à diferença entre o valor da aposentadoria paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a remuneração do cargo recebida pelo pessoal em atividade nas administrações portuárias, acrescida da gratificação por tempo de serviço.

Suplicy explica que os portuários empregados da Portobrás, extinta

em 1990, encontram-se em situação semelhante à de outros funcionários que, beneficiados por leis aprovadas no Congresso, estão tendo direito à complementação de aposentadoria, como os da Rede Ferroviária Federal e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Essas instituições foram transformadas em empresas públicas ou sociedades de economia mista. Com isso, os funcionários passaram do regime estatutário para o celetista, que não propicia aposentadoria integral.

A transformação gerou, entretan-



Suplicy diz que projeto afasta a discriminação e resgata dívida social

to, um quadro de discriminação, argumenta Suplicy. No caso dos portuários, explica, os funcionários do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis faziam jus à aposentadoria integral e continuaram com esse direito. Com a criação da Portobrás, os admitidos após 10 de julho de 1975 passaram a ser regidos pelo regime celetista, que dá direito à aposentadoria paga pelo INSS, cujo valor máximo é de cerca de R\$ 1,5 mil.

– A proposição afasta a discriminação hoje existente e resgata uma dívida social – afirma Suplicy.

Carlos Bezerra defende a prevenção na saúde pública

Medidas como saneamento básico e controle epidemiológico são decisivas para evitar surtos de doenças contagiosas, disse o senador

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a prevenção como política de saúde pública. Para ele, medidas como saneamento básico e controle epidemiológico são “fatores decisivos” para antecipar-se a surtos de doenças contagiosas.

– Correr atrás do prejuízo, na área de saúde, pode ter conseqüências demasiadamente graves para que se constitua em opção válida.

Carlos Bezerra lembrou o avanço, no último verão, da dengue, doença cujos casos vinham declinando desde 1999. No primeiro semestre de 2002 foram registrados 627 mil casos da doença, superiores aos 422 mil computados em todo o ano de 2001, disse.

– A incúria de nosso sistema de saúde, como um todo, custou momentos de aflição a milhares de brasileiros e, bem mais lamentável, o sistema de saúde não pôde preservar a vida de muitos deles.



Programa Nacional de Controle da Dengue foi saudado por Carlos Bezerra

O senador também alertou para o fato de que a dengue, na forma hemorrágica, está cada vez mais letal e já foi responsável por mais de 90 mortes este ano, sendo 61 delas apenas no Rio de Janeiro. Ele assinalou ainda que as medidas profiláticas de prevenção já são bem conhecidas, tendo como principal ação o combate à proliferação do mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*.

Carlos Bezerra observou, no

entanto, que as autoridades “estão, afinal, abandonando a postura de um combate tímido ou simplesmente inercial à disseminação da dengue”. Ele saudou o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), lançado no dia 24 de julho pelo Ministério da Saúde, como sinal de mudança de postura por parte do governo federal.

Conforme explicou o senador, o programa prevê, ainda para este ano, a utilização de mais de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 900 milhões do orçamento do Ministério da Saúde, com uma contrapartida de R\$ 130 milhões proveniente de estados e municípios. Segundo ele, a previsão inicial de investimentos foi ampliada em 35%.

– Contamos que os recursos previstos sejam efetivamente empregados nas ações selecionadas, em inegáveis benefícios para o nosso povo, não se revelando apenas promessas de período eleitoral – concluiu.

Sartori pede apoio para o combate à dengue

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) dirigiu apelo ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao ministro da Saúde, Barjas Negri, para que o governo federal apóie ações visando à erradicação do mosquito da dengue e ao controle da doença no estado de Rondônia.

– É extremamente necessário que as autoridades sanitárias da área federal tomem consciência de que o combate deve ser efetivo, como se fosse verdadeira operação de guerra, com o intuito de preventivamente salvar a popula-

ção de Rondônia – alertou.

Segundo Chico Sartori, 368 casos de dengue já foram identificados em Rondônia pelo Centro de Vigilância Epidemiológica, o que corresponde a cinco novos casos por dia. A estação das chuvas e as cheias do Rio Madeira, além da falta de conscientização da população dos bairros de periferia, torna a situação preocupante, disse.

– Já se tem notícia de alguns casos de dengue hemorrágica em nosso estado, principalmente na capital. Eu mesmo fui vítima dessa doença, mas graças a Deus



Segundo Sartori, cinco novos casos da doença são diariamente registrados em Rondônia

pude, aqui em Brasília, tomar as providências necessárias à minha total recuperação – relatou.

Mais de 670 mil casos foram notificados este ano

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no Brasil. Somente este ano, até o mês de julho, foram notificados 672,3 mil casos da doença no país. Em relação à dengue hemorrágica, até o meio do ano ocorreram 2.090 casos, com 96 mortes, o triplo do ano passado, quando 29 brasileiros morreram infectados.

A primeira epidemia de dengue documentada no país ocorreu em Boa Vista, capital de Roraima, entre 1981 e 1982. Em 1986 houve uma grande epidemia no Rio de Janeiro, que se alastrou para

diversos estados brasileiros, tornando-se a doença endêmica.

Em julho passado, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Entre as metas do programa está a redução em 50% do número de casos em 2003, em relação a 2002, e nos seguintes em mais 25%. O PNCD conta com cerca de R\$ 1 bilhão para reduzir o impacto da doença nos 3.529 municípios que registram a presença do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*.

Tuma quer farmácias na luta contra hipertensão

As farmácias e drogarias de todo o país, estimadas atualmente em 55 mil, poderão contar com servidor treinado para medir a pressão arterial dos seus usuários, conforme prevê projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A proposta será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais.

“Decidimos contribuir para que as metas de controle da hipertensão arterial no Brasil, estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sejam efetivamente atingidas, trazendo à cena os estabelecimentos farmacêuticos e drogarias”, afirma o senador na justificativa do projeto. Ele destaca que o derrame e o infarto matam no país, anualmente, 300 mil pessoas.

De acordo com Tuma, as doenças cardiovasculares são responsáveis por 30% dos óbitos no Brasil. O senador ressalta que os eventos externos e o câncer – respectivamente a segunda e a terceira causas de óbito no país – somam 13% das mortes e, juntas, correspondem a menos da metade do total daquelas provocadas por patologias cardiovasculares.

Diante da gravidade desse quadro, informa o senador, o Ministério da Saúde, conjuntamente com as sociedades de cardiologia, hipertensão, nefrologia, diabetes e secretarias estaduais e municipais de Saúde, implantou o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus, no primeiro semestre.

Fernando Ribeiro exalta obra do veterinário José Alfinito

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo publicado pelo *Diário do Pará* sobre o veterinário José Alfinito, falecido em julho. De autoria de Camilo Martins Vianna, o texto qualifica Alfinito como um “naturalista do futuro”, pela obra que realizou no Ministério da Agricultura.

O artigo destaca a atuação de José Alfinito como fundador da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (Sopren), em 1968, e no Simpósio Internacional sobre Fauna Silvestre e Pesca Fluvial e Lacustre na Amazônia, realizado em 1973, em Manaus, onde apresentou trabalho sobre a tartaruga.

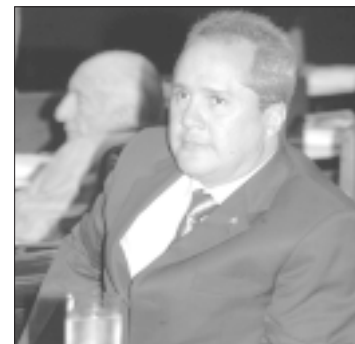


Romeu Tuma destaca que doenças cardiovasculares são responsáveis por 30% das mortes no país

Esse programa, conforme explicou, capacitará 15 mil profissionais da área (médicos e paramédicos) para exercer o papel de multiplicadores, atuando nas 7.500 unidades básicas de saúde dos 226 municípios com população superior a 100 mil habitantes.

Romeu Tuma lembra que, durante o 23º Congresso da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, realizado este ano em Campos do Jordão, estudo apresentado sobre as doenças cardiovasculares no Brasil constatou um aumento do número de casos de infarto do miocárdio entre adultos jovens – faixa etária de 30 a 39 anos.

Ele observa que seu projeto está em conformidade com as diretrizes do Órgão Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), auxiliando subsidiariamente na prevenção e controle da hipertensão arterial.



Fernando Ribeiro destacou atuação do veterinário em defesa da agricultura e do meio ambiente